

Comissão Temporária sobre a Alegada Utilização de Países Europeus pela CIA para o Transporte e a Detenção Ilegal de Prisioneiros

QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2006

3-003

PRESIDÊNCIA: CARLOS COELHO

(A reunião tem início às 09H10)

3-004

Troca de pontos de vista com o Sr. Bernhard Docke, associado do Gabinete Dr. Heinrich Hannover und Partner (Brema) e Advogado do Sr. Murat Kurnaz, e com o Sr. Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária

3-005

Presidente. – Caros colegas, vamos dar início à nossa reunião com uma troca de pontos de vista com o Sr. Bernhard Docke e com o Sr. Murat Kurnaz.

Gostaria de saudar o Sr. Kurnaz, que foi felizmente libertado da base de Guantánamo, no passado dia 24 de Agosto de 2006, após 4 anos de detenção. Ele tinha sido detido no Paquistão, no final de 2001, antes de ser entregue às forças americanas no Afeganistão. Estamos muito reconhecidos ao Sr. Kurnaz por ter aceitado encontrar-se com a nossa comissão e trazer-nos o seu testemunho pessoal sobre aquilo a que foi submetido, e estamos particularmente reconhecidos porque compreendemos bem que recordar esta experiência é naturalmente doloroso para ele.

Recordo que já tínhamos abordado esta matéria com o seu advogado, Sr. Docke, igualmente presente hoje, a quem agradeço uma vez mais o facto de estar connosco. Ele já tinha prestado o seu testemunho na reunião de 14 de Dezembro último. Se todos estiverem de acordo, eu convidaria o Sr. Kurnaz a dirigir-nos a palavra e depois abriria o debate como habitualmente para perguntas e respostas. Sr. Kurnaz, é convidado a dirigir-se à comissão.

3-006

Bernhard Docke, Advogado do Sr. Murat Kurnaz. – *(DE)* Senhor Presidente, se me é lícito fazer uma proposta, começaria por referir mais alguns factos que ocorreram desde 14 de Setembro, dia da minha última audição como testemunha nesta comissão. Proponho que, seguidamente, os senhores deputados façam perguntas concretas ao Sr. Kurnaz, às quais ele de bom grado responderá. Com a vossa concordância, procederei desse modo.

Muito obrigado por mais este convite. Em 14 de Setembro, fiz aqui uma exposição sobre o caso Kurnaz. Gostaria de, antes de mais, dizer o que se passou de novo desde então.

Primeiro: relatei a esta comissão que, no início da odisseia do Sr. Kurnaz, esteve um inquérito preliminar que a Procuradoria de Brema abriu contra o Sr. Kurnaz, por sobre ele recair a suspeita de ter feito uma viagem ao Afeganistão e de ter a intenção de combater nesse país ao lado dos Talibã. Entretanto, depois de 14 de Setembro e da minha presença aqui, esse processo da Procuradoria de Brema foi arquivado definitivamente por não haver indícios da prática de crime. Já não existe, portanto, qualquer investigação criminal contra o Sr. Kurnaz.

Segundo: quando o Sr. Kurnaz voltou de Guantánamo, o interesse dos media foi enorme. Encontrou-se numa situação em que tinha de recobrar o domínio de si próprio e sentir de novo o chão debaixo dos pés, não querendo por isso lançar-se sobre o primeiro microfone que lhe fosse oferecido. Veio a dirigir-se ao público através de dois meios de comunicação, a revista de notícias alemã “Stern” e o programa de televisão “Beckmann”. As declarações que fez perante o público nesses meios de comunicação suscitaram na Alemanha um eco mediático relativamente grande e deram origem a interpelações políticas e a investigações criminais. Nas suas entrevistas, o Sr. Kurnaz informou que, já no Afeganistão, quando se encontrava preso à ordem dos EUA em Kandahar, tinha tido contacto com soldados alemães, o que até então se ignorava. Sobre esses acontecimentos responderá ele certamente ao que lhe for aqui perguntado. Esses acontecimentos deram origem a inquéritos criminais – provisoriamente contra incertos, mas de todo o modo contra membros do Exército alemão. O Sr. Kurnaz informou ainda que, em Guantánamo, de memória sua, não teve apenas uma visita de agentes investigadores alemães, teve duas. Também isso está a ser objecto de averiguações complementares.

De momento, existem na Alemanha duas comissões parlamentares de inquérito, que averiguam em pormenor o que se passou no caso Kurnaz. Há, por um lado, a chamada Comissão do Serviço Federal de Informações de Segurança. Esta comissão incluiu o caso Kurnaz nas matérias que investiga. Ocupa-se agora da questão: “Houve no ano de 2002 uma oferta de libertação dos americanos que foi rejeitada pelo lado alemão?”, bem como da questão: “O Sr. Kurnaz teve em Guantánamo visitas de agentes de investigação criminal alemães, e possivelmente mais de uma?”. Na Comissão de Defesa do *Bundestag* alemão, que se constituiu também em comissão de inquérito, o objecto consiste, entre outras questões, em averiguar se é exacto que, em Kandahar, o Sr. Kurnaz teve contacto com soldados alemães, e isso não apenas no sentido de se terem avistado, mas também no de o Sr. Kurnaz ter sido, como ele próprio afirmou, maltratado por esses soldados, embora esses maus-tratos

não sejam comparáveis à tortura e às sevícias que sofreu por parte dos americanos.

Na minha última audição como testemunha nesta comissão, os senhores deputados perguntaram-me se o Sr. Kurnaz desejaria comparecer. Nessa altura, em 14 de Setembro, ele não se sentia ainda capaz disso. Depois, ainda foi-me novamente perguntado se ele não estaria ainda disposto a apresentar-se perante a comissão. O Sr. Kurnaz não está muito interessado em expor-se publicamente e colocar a sua pessoa no foco das atenções. Porém, quando o informei das razões da actividade desta comissão e lhe disse também que se trata, além do mais, de evitar que outras pessoas se venham a encontrar em situações análogas à dele, em que princípios do Estado de Direito sejam postergados, e que, portanto, se pretende que o primado do Direito seja aplicado sempre e por toda a parte, declarou-se pronto a estar à vossa disposição como testemunha, inclusivamente para ajudar os 430 prisioneiros que deixou em Guantánamo.

3-007

Giovanni Claudio Fava (PSE), relator. – (IT) Senhor Presidente, permita-me que me associe às palavras de agradecimento que dirigiu ao Advogado Docke e ao Sr. Kurnaz, por serem nossos convidados, e em especial ao Sr. Kurnaz, pelo esforço, que dele solicitamos, de recordar e relatar esses quatro anos de detenção, que – sublinhe-se – se concluíram sem que acusação alguma fosse formulada a seu respeito, nem por parte da magistratura dos Estados Unidos da América, nem por parte da magistratura alemã. Este é, já por si, um ponto sobre o qual me parece que cada um de nós deveria reflectir.

Gostaria de pedir ao Sr. Kurnaz que, em podendo e querendo, nos reconstruísse esse longo período de detenção, primeiro no Afeganistão e depois em Guantánamo, com atenção especial, no que nos diz respeito, aos interrogatórios a que terá sido submetido por parte de funcionários ou mediadores enviados pelas instituições do seu país, a Alemanha, e, no caso do Afeganistão, por parte de militares do exército alemão. Perguntar-lhe-ia, além disso, se pode também recordar-nos quais foram as etapas sucessivas da sua detenção em Guantánamo; quando teve possibilidade de encontrar pela primeira vez o seu advogado, e quantas vezes teve possibilidade de o encontrar; e como terminou a sua detenção, isto é, se no fim dela as autoridades americanas deram alguma explicação para esses quatro anos de detenção aparentemente sem fundamento.

Ao Advogado Docke, gostaria de perguntar se pode fornecer-nos alguns pormenores adicionais, recapitulando as particularidades de que tenha conhecimento no que se refere à eventual recusa com que as autoridades alemãs, em 2002, terão respondido à proposta americana de libertar Kurnaz e de o restituir à vigilância do Governo alemão.

3-008

Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária. – (DE) Senhor Presidente, como todos os presentes sabem,

a minha detenção em Kandahar não foi como uma qualquer detenção em prisões comuns, na Alemanha ou noutra parte. Fomos torturados de variadas maneiras. Creio que já foram publicadas muitas fotografias. Eu preferiria que me fossem feitas perguntas concretas, a que pudesse responder.

3-009

Giovanni Claudio Fava (PSE), relator. – (IT) Podemos tentar fazer uma pergunta de cada vez. Durante o período da sua detenção em Kandahar, foi interrogado? Sofreu violência por parte de militares do exército alemão? Pode dar-nos a esse respeito mais algum elemento além daqueles de que temos conhecimento pelos trabalhos da comissão de inquérito alemã?

3-010

Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária. – (DE) Os soldados americanos chamaram-me. Queriam que me aproximasse deles. Eram quatro. Eram dois americanos e dois alemães. Olhei frontalmente esses soldados alemães. Pensei que poderíamos conversar. Pensei que provavelmente me fariam perguntas e que até talvez me pudessem ajudar. Mas não foi o que sucedeu. Disseram-me que eu tinha escolhido o lado errado e que olhasse para o chão. Depois disseram-me que podia retirar-me. Eu retirei-me e passado pouco tempo fui outra vez chamado pelo Escort-Team. Queriam que me preparasse para o Escort-Team. Levaram-me para detrás de um camião militar, onde já estavam à minha espera os dois soldados alemães. Os americanos retiraram-se e deixaram-me com os soldados alemães. Um dos soldados alemães avançou, agarrou-me pelos cabelos, puxou-me a cabeça para o alto e perguntou-me se sabia quem eles eram. Disse: “Nós somos o KSK” e bateu-me com a cabeça no chão. Depois, um deles deu-me pontapés. Não sei ao certo se foi o mesmo que me bateu com a cabeça no chão, ou não. Então, riram-se todos, achavam graça àquilo. Mas não me fizeram nenhuma pergunta. Também não era um interrogatório o que queriam. Depois veio o Escort-Team e levou-me. E foi isto.

3-011

Bernhard Docke, Advogado do Sr. Murat Kurnaz. – (DE) Permitam-me que acrescente o seguinte: parte da imprensa escreveu – e na pergunta que foi feita há algum eco disso – que o Sr. Kurnaz foi interrogado em Kandahar – o que ele acaba de descrever ocorreu em Kandahar – por elementos do exército alemão e foi maltratado durante o interrogatório. Não é verdade. Não foi um interrogatório; foi só um breve contacto, e os maus-tratos consistiram naquilo que o Sr. Kurnaz acaba de descrever. Os interrogatórios foram realizados por americanos. Nos interrogatórios em Kandahar, não participaram alemães.

3-012

Giovanni Claudio Fava (PSE), relator. – (IT) Senhor Kurnaz, a outra pergunta que lhe fiz dizia respeito aos interrogatórios a que terá sido submetido em Guantánamo. Pode dar-nos alguns pormenores e dizer-nos quem fez os interrogatórios, o que lhe perguntaram, de que modo decorreram, quanto tempo duraram? Pode também dizer-nos em que período ocorreram?

3-013

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz.* – (DE) Perdão, refere-se a interrogatórios por funcionários alemães, não por americanos.

3-014

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária.* – (DE) Em Guantânamo, fui duas vezes visitado por alemães. A primeira vez, em 2002, e a segunda, em 2004. Na primeira visita, eram três e na segunda, em 2004, reapareceu apenas um deles sozinho. Perguntaram-me tudo, não deixaram nada de fora. Tenho também de dizer que não foram agradáveis. Não me saudaram, não se identificaram, e também não disseram que pretendiam ajudar-me. Só vieram para me fazer algumas perguntas.

3-015

Giovanni Claudio Fava (PSE), *relator.* – (IT) Senhor Kurnaz, pode dizer-nos se nesses interrogatórios estavam presentes também militares americanos? Pode dizer-nos ainda se tem conhecimento de que no campo de Guantânamo tenha havido situações em que outros presos recebessem visitas de representantes dos governos ou dos serviços de *intelligence* dos seus países, no decurso de interrogatórios semelhantes àquele a que foi submetido?

3-016

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária.* – (DE) Pude aperceber-me de que outros países europeus faziam visitas a presos. Porém, em Cuba, há prisões de várias espécies. Há algumas em que é absolutamente impossível comunicar com os vizinhos, ou vê-los sequer. De vez em quando, tive ensejo de conversar com outros presos, e contaram-me que tinham sido visitados. Sei, por exemplo, que a Dinamarca esteve lá, ou a Bélgica. São esses os países de que tenho conhecimento. Mas não posso saber como decorreram os interrogatórios.

3-017

Giovanni Claudio Fava (PSE), *relator.* – (IT) Uma última pergunta: pode dizer-nos quanto tempo passou – quantos meses – até poder falar pela primeira vez com um defensor oficioso, o seu advogado, Sr. Docke?

3-018

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária.* – (DE) A verdade é que nós, em Guantânamo, nunca sabíamos a medida do tempo, não podíamos ter relógio nem perguntar pelas horas ou pela data. Também nunca vimos calendários que nos mostrassem em que data estávamos. A primeira vez que tive a visita de um advogado foi em 2004. Graças a essa primeira visita, fiquei com uma ideia um pouco mais definida da data e do tempo decorrido.

3-019

Bernhard Docke, *advogado do Sr. Murat Kurnaz.* – (DE) Foi em Outubro de 2004.

3-020

Ewa Klamt (PPE-DE). – (DE) Senhor Kurnaz, gostaria de começar por lhe agradecer o ter-se disposto a vir até nós. Para compreender como chegou a tal situação, ser-me-ia útil se pudesse dizer outra vez quando foi para o Afeganistão e qual foi a verdadeira razão por que foi

para esse país. Pergunto quando, porque nesse país havia os Talibã, havia uma situação de guerra. Tento simplesmente compreender o que o levou a ir lá. É a minha primeira pergunta.

3-021

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz.* – (DE) Senhora Deputada, permita-me uma correcção. O Sr. Kurnaz nunca fez uma viagem ao Afeganistão. A transferência para o Afeganistão foi forçada. Ele foi entregue pela polícia paquistanesa a forças americanas estacionadas no Afeganistão. Foi para o Paquistão que ele viajou, e nunca esteve na zona de guerra. Ao resto da pergunta fará o favor de responder o Sr. Kurnaz.

3-022

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária.* – (DE) Disse a senhora deputada que é sabido que no Paquistão havia os Talibã. Pois então eu digo: Mohammed Atta era oriundo da Alemanha, mas nem por isso o facto de vivermos na Alemanha faz de nós todos terroristas. Mohammed Atta viveu também muito tempo na América. Não vamos agora dizer que todos os americanos são terroristas, por terem vivido na mesma terra com Mohammed Atta.

Eu viajei para o Paquistão. Se lá havia Talibã ou não, disso nada sei. Mas isso não me faz culpado. Viajei para o Paquistão para desenvolver os conhecimentos da minha Fé. Os Djamat al-Tabligui são originários do Paquistão e estão lá muito desenvolvidos. A Djamat al-Tabligui provém do Paquistão e é lá, simplesmente, que estão as suas escolas. Tinha de ir para lá, para poder aprender com elas. Logo, viajei para o Paquistão para aprofundar a minha Fé. Mas nunca infringi lei alguma. Nunca cometi crime algum.

Perguntou-me também como foi possível chegar a tal situação. Foi muito simples. É sabido que os americanos pagam prémios de captura. Fazem-no já há muito tempo e continuam a fazê-lo. Na América, também se pagam prémios de captura. Os americanos são conhecidos por isso. Eu sou uma das vítimas desses prémios. No Paquistão, 3 000 a 5 000 dólares são, para muitos paquistaneses, imenso dinheiro. Com isso, podem comprar uma casa e um carro, para eles é muito dinheiro. Por uma coisa dessas são capazes de tudo. Fui vendido aos americanos por 3 000 a 5 000 dólares.

3-023

Ewa Klamt (PPE-DE). – (DE) Senhor Kurnaz, gostaria de fazer um esclarecimento: não pretendi sugerir que quisesse juntar-se a quaisquer tropas ou a quem quer que fosse. Explicou-o agora claramente: a viagem foi determinada por motivos religiosos. Queria desenvolver lá a sua instrução religiosa; foi essa a razão que o levou ao Paquistão. A minha intenção era poder compreender por que razão foi lá precisamente nessa ocasião. E respondeu claramente a este ponto.

Tenho mais uma pergunta: esses alemães, que em Kandahar não o interrogaram propriamente, mas com os quais se encontrou, apresentaram-se de modo claro como agentes alemães do KSK, e disseram que o eram?

Estavam fardados? Pergunto isto, porque temos ouvido falar repetidamente de incidentes deste género.

3-024

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Como já referi, eles disseram que eram o KSK. Vi também a bandeira alemã nos uniformes deles. Tenho a certeza de que era o KSK, disso não tenho absolutamente nenhuma dúvida.

3-025

Presidente. – Caros colegas, antes de passar a palavra ao próximo deputado, gostaria de saudar a presença entre nós do deputado Königshaus, membro da comissão de inquérito do Bundestag, que nos honra com a sua presença nesta reunião. Recordo que uma delegação da nossa comissão se deslocou a Berlim, no dia 19 de Setembro último, para se encontrar precisamente com os colegas da comissão de inquérito, e que um outro membro dessa comissão, a Sra. Pau, Vice-Presidente do Bundestag, participou já numa reunião nossa, no dia 14 de Setembro de 2006.

Gostaria de sublinhar e agradecer esta expressão renovada da excelente cooperação com o Parlamento Europeu por parte do Parlamento alemão e sublinhar o contraste entre esta abertura e cooperação da parte do Parlamento alemão face ao Governo desse país, que até hoje continua sem responder de forma concreta aos convites que lhe foram dirigidos. Se o Sr. Königshaus estiver interessado em participar no debate, dar-lhe-emos oportunidade de intervir.

3-026

Wolfgang Kreissl-Dörfler (PSE). – (DE) Senhor Presidente, agradeço sinceramente ao Sr. Kurnaz e ao Sr. Döcke a sua comparação neste lugar. Como sabe, o nosso mandato para o inquérito em curso é um tanto diferente do do Parlamento alemão, que se reporta especificamente a factos ocorridos no território da República Federal Alemã, ou com algum envolvimento desta. Nós, pela nossa parte, temos competência para investigar em toda a União Europeia – inclusive em países candidatos e Estados amigos – em que medida houve participação em factos ilegais.

Tenho quatro perguntas para lhe fazer, não estando aqui em causa – como a senhora deputada Klamt esclareceu mais uma vez –, as motivações que o levaram, e a outras pessoas, ao Paquistão, ou as razões por que anteriormente fez isto ou aquilo.

O que nos interessa, de facto, é averiguar o que aconteceu depois, e em que medida o que aconteceu é aceitável ou não, na nossa concepção do Direito. Disse que foi gravemente torturado, o que posso muito bem imaginar. Quando regressou à Alemanha, tinha ainda sinais externos de tortura? Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é a seguinte: quando o Governo alemão recebeu, no ano de 2002, a proposta de o libertar, foram fixadas condições por parte do Governo dos EUA, que pudessem impossibilitar o Governo alemão de o receber de volta na Alemanha? Pode ser que tenha sido

exigida, como nos consta em vários outros casos, uma vigilância de 24 sobre 24 horas. Foram impostas algumas condições? Em que consistiram?

Terceira pergunta: sendo o Sr. Kurnaz cidadão turco, que diligências fez o Governo turco para lhe prestar auxílio depois de ser levado para Guantánamo? Em 14 de Novembro, deu uma entrevista ao distribuidor turco da CNN “CNN-Türk”. Pode dizer-nos como foram as reacções do Governo turco a essa entrevista, se é que as houve? O público turco reagiu de algum modo? Como sabe, a Turquia é candidata à adesão à União Europeia, e naturalmente interessa-nos saber como procederam no seu caso as autoridades turcas ou o Governo turco – ou dizendo talvez melhor, como não procederam.

A minha última pergunta é a seguinte: em Guantánamo, teve contacto com outros presos. Sabe como esses outros presos chegaram a Guantánamo? Houve alguns que fossem levados de avião através de Portugal? Estiveram alguns deles anteriormente em prisões secretas, assim chamadas, qualquer que fosse o lugar onde se situassem? Tem alguma informação sobre isso? Naturalmente, ser-nos-ia de grande utilidade, se pudesse dizer alguma coisa sobre isso. É tudo por agora, e muito obrigado pela sua comparação!

3-027

Bernhard Döcke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. – (DE) Senhor Deputado, combinámos agora mesmo que as duas últimas perguntas serão respondidas directamente pelo Sr. Kurnaz, e eu direi alguma coisa sobre as duas primeiras.

Primeira pergunta: há sinais externos de tortura? É uma pergunta muito pessoal, muito íntima. O Sr. Kurnaz, quando regressou, sujeitou-se a exame clínico. Mas não desejaríamos dar publicidade a atestados, resultados de exames ou diagnósticos. É demasiado pessoal! Espero que o senhor deputado compreenda isso.

Segunda pergunta: a proposta de 2002 estava sujeita a condições? Gostaria de aproveitar para responder também à pergunta do senhor deputado Fava que ficou em suspenso. Não tenho conhecimento directo dessa proposta, conheço-a apenas pelo relatório que o Governo alemão apresentou à comissão de controlo parlamentar.

Na Primavera deste ano, soube pela primeira vez, com desgosto, que no caso Kurnaz houve uma cooperação muito estreita entre os EUA e a Alemanha, e isso apesar de me ter sido sempre sugerida a ideia de que os americanos não falavam connosco sobre o caso Kurnaz por ele ter nacionalidade turca.

Soube depois, ainda com maior desgosto, que houve até uma proposta concreta de libertação por parte dos americanos, e que foi rejeitada pelos alemães.

Que motivos e fundamentos terá tido a parte alemã para rejeitar essa proposta, que o relatório do Governo diz ter existido — e o facto é que os americanos ficaram surpreendidos, e até irritados, com essa reacção alemã

—, é para mim, de momento, matéria de pura especulação, pois que, como disse, não estive lá e não tenho acesso a documentos internos sobre essa decisão, manifestamente tomada no gabinete do Chanceler.

O Governo alemão, tanto quanto sei, não fez até agora nenhuma declaração pública sobre o assunto. Pode ser que venha a surgir o argumento de que a proposta estava sujeita a muitas condições! E pode ser que seja verdade!

Recordemos agora a iniciativa tomada pela Chanceler Angela Merkel em Janeiro de 2006. Durante a visita ao Presidente Bush, ela disse que desejava esclarecer o caso Kurnaz, desejava que ele fosse libertado e que regressasse. Nessas negociações germano-americanas, que começaram em Janeiro de 2006, os Estados Unidos estipularam para a libertação, logo de início, várias condições, entre as quais o programa de vigilância 24 horas sobre 24, a que o senhor deputado aludiu, e diversas outras coisas — privação da liberdade de viajar, apreensão do passaporte, etc. —, coisas que não são possíveis nem lícitas à face do Direito alemão.

A parte alemã explicou isso claramente aos americanos, negociou com eles, e disse que assim não podia ser. E o resultado deste processo de negociação assaz longo foi que o Sr. Kurnaz foi libertado sem condições, para regressar à Alemanha. E isso mesmo teria eu esperado da parte alemã, se em 2002 essa proposta tivesse sido sujeita a condições: que se pegasse por essa ponta, aproveitando-se a oportunidade; que se entrasse em negociações, levando-as a um plano compatível com o Direito alemão; e que o Sr. Kurnaz fosse trazido de volta — em vez de se dizer precipitadamente: “Não queremos esse indivíduo!”.

3-028

Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária. — (DE) Durante o interrogatório que me fez o Governo turco em Guantánamo, foi-me dito que eles não podiam fazer absolutamente nada por mim, porque só os americanos decidiam da minha libertação. Só tinham vindo para me fazer perguntas, mas todos os outros cidadãos turcos foram levados de volta para a Turquia muito tempo antes da minha libertação.

Não houve ainda nenhuma reacção do Governo turco à minha entrevista na CNN, mas, Governo à parte, recebi muitas cartas simpáticas, e há lá muita gente que está do meu lado. É claro, porém, que isso não faz grande efeito. Durante a minha detenção, o Governo turco não se preocupou comigo. De resto, consideravam-me um espião. Disseram-me que estavam convencidos de que eu era um espião da Alemanha.

Para mim, o que me disseram não fazia absolutamente nenhum sentido. E quando lhes coloquei a questão, eles disseram que eu tinha amigos que trabalhavam para a polícia alemã.

O senhor deputado perguntou-me também como foi que os outros presos foram levados para Guantánamo. De maneiras diversas: há, por exemplo, bósnios que tiveram

um processo judicial, foram absolvidos, e, quando saíram em liberdade, aguardava-os um grupo de operações especiais americano que os raptou e os levou para Guantánamo.

São casos que conheço bem. Alguns desses bósnios foram meus vizinhos durante meses e contaram-me como tinham sido levados para Guantánamo, como tinham sido raptados. Outros foram capturados de noite e em casa, no quarto de dormir, pela polícia paquistanesa, e foram pura e simplesmente vendidos aos americanos. Há também um indivíduo da Inglaterra, chamado Beshir, que é engenheiro mecânico. Têm uma empresa de amendoins em África e tinham acabado de comprar novas máquinas. Esse engenheiro mecânico deslocou-se a África com um amigo, para montar as novas máquinas. E os africanos prenderam-no e venderam-no também aos americanos.

As coisas não são como os media as apresentaram: que os prisioneiros tinham sido capturados na guerra e que todos os prisioneiros de Guantánamo eram combatentes. Pode ser que alguns tivessem sido combatentes, mas não os prisioneiros com quem falei — os que referi da África, da Bósnia e do Paquistão. Varia muito.

3-029

Ignasi Guardans Cambó (ALDE). — (EN) Senhor Presidente, gostaria de continuar com este tipo de questões. Gostaríamos de receber do Sr. Kurnaz informações, não só sobre ele próprio, mas também enquanto testemunha do que se passava em Guantánamo.

Relativamente a conversas que possa ter tido com outros presos, como estava agora mesmo a explicar, poderá partilhar connosco alguma informação sobre quaisquer comentários feitos por outros prisioneiros acerca da ida deles para Guantánamo? Como foram lá parar? Gostaríamos de ouvir o maior número de pormenores que seja possível.

Senhor Kurnaz, sabe obviamente que uma parte da nossa investigação se refere a aviões e ao facto de em alguns aeroportos europeus terem aterrado vários aviões cujo destino final era Guantánamo. A pergunta é muito clara: tem algum comentário ou informação que queira partilhar connosco sobre indivíduos que estivessem em Guantánamo e que se lembrassem de ter sido transferidos através de lugares situados na Europa ou que, tendo em conta os horários ou a duração do voo, pudessem estar situados na Europa?

No mesmo contexto, recorda-se de alguma coisa que tenha ouvido de algum outro prisioneiro, directa ou indirectamente — não estamos num tribunal, por isso pode ser simplesmente um comentário indirecto — acerca de detenções de pessoas na Europa antes de serem transferidas para Guantánamo? Neste caso, não me refiro apenas ao transporte, refiro-me também à detenção em qualquer lugar da Europa antes da transferência para Guantánamo.

3-030

Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária. – (DE) Durante a minha viagem de avião de Kandahar para Cuba, apercebi-me de uma aterragem de escala. Os meus olhos estavam vendados — como já todos sabem — e puseram-me uma máscara. Tinha um tampão nos ouvidos, estava algemado, e isso já muito tempo antes da partida. Não podia, naturalmente, ver nada, mas apercebi-me de uma escala. No meu caso, houve apenas uma escala, mas há muitos prisioneiros que contam que tiveram duas. Outros presos contaram que houve uma escala e que, além disso, mudaram de avião. Nada mais posso dizer sobre esse assunto.

Perguntou-me também se alguém terá estado em prisões europeias. Sei que os bósnios estiveram sob prisão na Bósnia, foram absolvidos pelo tribunal e postos em liberdade, e então foram raptados pelos americanos.

3-031

Bernhard Docke, Advogado do Sr. Murat Kurnaz. – (DE) Gostaria de fazer um aditamento, para vos mostrar os efeitos que o vosso trabalho nesta comissão está a ter no debate europeu sobre as chamadas extradições. No voo de regresso do Sr. Kurnaz, de Guantánamo para Ramstein, os americanos, manifestamente por cautela, já não fizeram escala em sítio algum. O avião foi abastecido de combustível em voo.

3-032

Cem Özdemir (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, tenho uma primeira pergunta a fazer a Murat. No início, quando se pôde ler na “Stern” que tinha havido um encontro com o KSK no Afeganistão, foi emitida uma declaração segundo a qual o KSK não podia ter estado nessa altura no Afeganistão. A seguir, declararam que realmente o KSK estava no Afeganistão, mas que era provável que não tivesse havido nenhum contacto. Disseram depois que o KSK tinha visto Murat Kurnaz, mas que só o tinha visto e mais nada. Mais tarde, já tinha havido um diálogo. E entretanto passaram a dizer que o KSK estava lá, que o viu, que falou com ele, mas que ainda não está esclarecido se houve ou não maus-tratos.

Reflectindo sobre tudo isso, que pensas do facto de o Governo alemão, depois da tua libertação, continuar a proceder quase como se aquilo que dizes fosse falso?

A segunda pergunta refere-se à Baía de Guantánamo. Em Guantánamo, há também uígures e usbeques, constando que contra eles já não subsiste suspeita alguma. Talvez possas dizer também alguma coisa acerca deles, porque nos preocupamos igualmente com saber se, quando e para onde poderão sair.

Por fim, uma pergunta ao Sr. Advogado Docke: tendo em conta o que nos descreveu, poderia dar-se o caso de diferentes serviços do Governo alemão possuírem graus diferentes de conhecimento do que, em dado momento, estava ou não a ser discutido com os americanos?

Adivinhará decerto o que visa esta pergunta: o Outono de 2002 e a estratégia. Uma vez que também manteve conversações com representantes do Governo alemão e com o Provedor dos direitos humanos, interessar-me-ia

saber se ficou com a impressão de que havia diferentes graus de conhecimento no interior do Governo alemão.

3-033

Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária. – (DE) Como é que o Governo reagiu à minha entrevista na “Stern”? Nunca pensei que reagissem como reagiram. Não perguntaram o que eu sofri. Não disseram tão-pouco que o lamentavam, preocuparam-se apenas com o KSK, dizendo que não podia ser verdade, e tentaram fazer-me passar por mentiroso. Deixaram-me fazer quatro anos em Cuba, e apesar disso tentaram fazer-me passar por mentiroso.

Mas quem tentou fazer-me passar por mentiroso não o conseguiu. Surgiram entretanto provas de que o KSK lá esteve. E também reconheceram, entretanto, que tiveram um contacto comigo. Só não admitiram ainda que tiveram um contacto físico, mas a verdade é que houve aquela publicação sobre o que alguns membros do KSK fizeram no Afeganistão com as caveiras, etc.

Suponho que não será preciso muita imaginação para compreender que um soldado seja capaz de fazer coisas dessas. Sobretudo em território onde não há absolutamente nenhuma lei.

Quem é que o KSK está lá a auxiliar? Eles estão juntos com os americanos, e o que os americanos lá fazem, isso toda a gente o sabe. Afinal há fotografias do modo como os soldados americanos lidam com os presos em Abu Ghraib. E há fotos do que os americanos fazem em Guantánamo.

Quanto aos uígures, o que se passa é que os americanos reconhecem que não têm nada contra eles e que podem sair em liberdade, mas dizem que não sabem para que país poderão ir. Tanto quanto sei, já foram libertados quatro ou cinco. O que vai acontecer aos restantes, não sei. Só sei que muitos deles estão inocentes.

3-034

Bernhard Docke, Advogado do Sr. Murat Kurnaz. – (DE) A terceira pergunta era-me dirigida: se havia, ou podia haver, diferentes graus de conhecimento em diferentes sectores do Governo alemão. É pergunta a que tenho dificuldade de responder, e que necessariamente implica um elemento especulativo, não tendo eu assento no Governo nem conhecendo por dentro as actividades governamentais.

Os meus contactos com o Governo no caso Kurnaz incidiram em primeira linha no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Desde 2002, houve a este respeito correspondência e conversas telefónicas, e foi-me dito e redito que infelizmente não podiam prestar auxílio eficaz, porque o Sr. Kurnaz é de nacionalidade turca e os americanos limitam as conversações sobre prisioneiros de Guantánamo aos respectivos países de origem — portanto, neste caso, à Turquia. Era esse o teor.

Assim, só muito mais tarde vim a saber, pelo relatório que o Governo alemão apresentou à comissão de controlo parlamentar, que no caso Kurnaz houve

contactos muito estreitos e uma cooperação muito estreita entre a Alemanha e os EUA. Segundo o relatório do Governo alemão – mas isso só o sei agora, por ouvir dizer, pela consulta da documentação –, o Ministério dos Negócios Estrangeiros não esteve representado na decisão de não trazer de volta para a Alemanha o Sr. Kurnaz. Não me é possível avaliar se isso é verdade. Mas custa-me muito a conceber que, na acção governamental do Governo, a mão esquerda não saiba o que faz a direita, isto é, que o aparelho de segurança faça vida separada e não informe os políticos e os diplomatas do que se vai discutindo e decidindo nos chamados carris de segurança.

Essas perguntas devem ser dirigidas àqueles que trabalham no aparelho governamental. Então acabarão as especulações; então os senhores deputados saberão os factos. Ou não saberão. Cabe aos senhores deputados interrogar os representantes do Governo.

3-035

Sylvia-Yvonne Kaufmann (GUE/NGL). – (DE) Senhor Presidente, Senhor Kurnaz, quero agradecer-lhe novamente o ter vindo até nós.

Devo confessar que me é verdadeiramente difícil formular perguntas de maneira concreta, porque tenho o problema de não conseguir conceber sequer aquilo por que passou em tantos anos em Guantánamo. Na verdade, a descrição que ouvi e li ultrapassa a minha capacidade de imaginar, e é muito difícil perguntar-lhe coisas que, todas elas, em rigor, deveria saber, estando ao mesmo tempo ciente de que lhe é extremamente difícil falar delas e ter de evocar repetidamente essas recordações.

Faria em primeiro lugar uma pergunta acerca das visitas que recebeu em Guantánamo, provenientes da Alemanha. Poderá descrever o que lhe foi perguntado pelos funcionários presentes nessas visitas? Disse-nos há pouco que foi interrogado acerca de muitos pormenores. Poderá descrever-nos isso um pouco mais precisamente? E o interrogatório feito pelos alemães que lá estiveram teve alguma diferença em relação aos interrogatórios feitos pelos americanos?

Por exemplo: o interrogatório teve algum intervalo? Foram-lhe dadas bebidas? Foram-lhe retiradas as correntes? Houve algum método de inquirição diferente do utilizado pelos americanos?

3-036

Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária. – (DE) Foi realmente um tanto diferente do que sucedeu nos interrogatórios feitos pelos americanos. Por exemplo, não me espancaram. Porém, no que se refere às perguntas, perguntaram-me tudo, pura e simplesmente. Não omitiram nada, não há nada que não me tenham perguntado. Tive de começar por contar a minha vida, desde a minha infância até à minha viagem. E houve muitas outras perguntas, por exemplo, a respeito do que lhes tinha constado enquanto eu estava preso em Guantánamo. Também me perguntaram por boatos – enfim, perguntaram tudo quanto se possa imaginar.

3-037

Presidente. – Gostaria de agora convidar a usar da palavra o Sr. Königshaus, nosso amigo do Parlamento alemão.

3-038

Hellmut Königshaus, deputado do Parlamento alemão. – (DE) Senhor Presidente, caros colegas, em primeiro lugar, gostaria de agradecer sinceramente a todos a boa cooperação que de facto temos tido – pelo menos ao nível dos parlamentos.

Na nossa comissão, esforçamo-nos muito por trabalhar o mais depressa possível, de modo a concluir o complexo que está a ser tratado de momento, e que é outro, a saber, o caso El Masri. Uma vez que o Governo alemão e especialmente o Ministério dos Negócios Estrangeiros afirmaram que só podem e só querem fazer declarações depois os termos ouvido pelo menos uma vez, gostaríamos que também os estimados colegas tivessem essa oportunidade antes de a vossa comissão terminar os trabalhos.

Infelizmente, não o conseguimos. Não nos foi possível fazer prevalecer o nosso intuito. Teremos amanhã a primeira audição no âmbito do caso El Masri, na qual será ouvido o ex-ministro do Interior Otto Schily. Na próxima semana, ouviremos o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros Joschka Fischer, e, em 13 de Dezembro, ouviremos o Ministro dos Negócios Estrangeiros Steinmeier.

Se viesse a ser ainda possível, na comissão, combinar depois disso uma data com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, este problema desapareceria. Certo é, de qualquer modo, que nos esforçamos muito por o conseguir.

Estou também muito grato a V. Exa. por me conceder a oportunidade de fazer algumas perguntas. E estou igualmente muito grato às duas testemunhas por se encontrarem hoje aqui. Melhor dizendo: aqui não são testemunhas; sê-lo-ão no nosso Parlamento. E a propósito, gostaria de informar que iremos ocupar-nos do caso que aqui está em apreciação a partir de Janeiro, e nessa altura, evidentemente, também pediremos ao Sr. Kurnaz e ao Sr. Dr. Docke que estejam disponíveis como testemunhas.

Sei que o inquérito desta comissão tem objecto diferente do da nossa, e não abusarei pois do ensejo para discutir coisas que não sejam de interesse para esta comissão. Gostaria apenas de dizer o seguinte. Por um lado, há sobreposições na questão dos transportes, que de facto não interessam apenas a esta comissão, mas também nos interessam a nós. Por outro lado, também no presente contexto é pertinente a questão de saber se e em que medida estiveram em actividade no Afeganistão membros das Forças Armadas alemãs, e isso relativamente à guarda de prisioneiros e possivelmente também – como o Sr. Kurnaz expôs – relativamente a maus-tratos de alguma espécie.

Esta última questão, porém – e por se tratar de matéria das Forças Armadas, que, segundo o Direito alemão, só pode ser objecto de inquérito por parte da Comissão de Defesa –, está a ser investigada precisamente por essa comissão, que para o efeito se constituiu em comissão de inquérito. Ainda assim, eu gostaria de, caso o Senhor Presidente e, evidentemente, o Sr. Kurnaz e o Sr. Dr. Docke estivessem de acordo, incluir também esse aspecto numa pergunta. E peço o vosso auxílio para conseguir clareza.

O Sr. Kurnaz diz que percebeu claramente que os soldados com os quais teve contacto em Kandahar eram membros do KSK. E do que disse sobressai uma descrição muito precisa do modo como os soldados estavam fardados. Habitualmente, os soldados alemães, e também os do KSK, usam uniforme. Quanto aos soldados das Forças Armadas dos E.U.A. a sua descrição, nomeadamente dos uniformes pigmentados, cor de dedaleira, é muito exacta.

Daí a minha pergunta: pode descrever-nos novamente, com toda a precisão, os indícios pelos quais reconheceu que se tratava realmente de soldados alemães, e não de soldados de outras forças armadas, que possivelmente só falassem em alemão?

3-039

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Os próprios membros do KSK já disseram que houve um contacto, que me viram; só negam que tenha sido um contacto físico. Por isso, em rigor, não valerá a pena descrever agora outra vez em pormenor o uniforme. Eu reconheci-os pelas bandeiras alemãs nas fardas, e além disso falaram comigo em alemão.

3-040

Hellmut Königshaus, *deputado do Parlamento alemão*. – (DE) Alguma vez, durante a detenção ou em algum dos transportes, encontrou uma pessoa que falasse alemão e que tivesse o nome ou a alcunha de “Sam”?

3-041

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Que eu saiba, não.

3-042

Hellmut Königshaus, *deputado do Parlamento alemão*. – (DE) Pode talvez descrever-nos mais uma vez, pormenorizadamente, como foi transportado, como estava agrilhado, e como foi instalado no avião?

Tanto quanto pôde aperceber-se disso, esteve sentado numa cadeira de avião normal, ou foi acorrentado ao chão? Poderá fazer o favor de nos descrever mais uma vez?

3-043

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Tinha os olhos vendados, não podia ver como eram as coisas no interior do avião. Mas umas vezes fui acorrentado ao chão, outras vezes ao assento. Como disse anteriormente, tinha os olhos vendados, era obrigado a trazer uma máscara e tampões nos ouvidos, e éramos acorrentados aos assentos. Foi assim.

3-044

Hellmut Königshaus, *deputado do Parlamento alemão*. – (DE) E como foi, depois de ter regressado à Alemanha? Ou antes de mais, uma pergunta a que decerto pode responder muito facilmente: o interrogatório pelos funcionários alemães em Guantánamo foi o único interrogatório que lhe foi feito oficialmente por alemães, nesse lugar, ou houve outros interrogatórios não oficiais? E como procederam depois, quando regressou, as autoridades de investigação criminal? Houve investigações para apurar os factos — até porque apresentou uma denúncia-crime —, ou foi ouvido por outros serviços, por exemplo por serviços de informações de segurança? Em caso afirmativo, como se passaram as coisas?

3-045

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Tive duas visitas oficiais da Alemanha. Além dessas, não houve nenhuma outra visita.

Depois de eu ter voltado, não houve mais nenhuns interrogatórios, excepto

3-046

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. – (DE) Não houve quaisquer interrogatórios do Sr. Kurnaz sobre delitos que lhe fossem imputados ou coisa semelhante. A única coisa que houve foi um depoimento perante a Procuradoria acerca das suspeitas que incidem sobre o KSK, portanto, num processo em que o Sr. Kurnaz depõe como vítima.

3-047

Hellmut Königshaus, *deputado do Parlamento alemão*. – (DE) Foi interrogado por serviços de informações para fins gerais de recolha de informação?

3-048

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Não, não fui interrogado pelo *Bundesnachrichtendienst* (Serviço federal de informações de segurança).

3-049

Hellmut Königshaus, *deputado do Parlamento alemão*. – (DE) Foi-lhe prometido, pelos americanos ou por outrem, que se se comportasse bem — ou seja, se se calasse — receberia algum pagamento ou quaisquer outros benefícios?

3-050

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Os americanos tentaram amedrontar-me, caso contasse o que me aconteceu, e disseram que poderia ter problemas, inclusive na Alemanha. Mas não me ofereceram dinheiro para me calar.

No entanto, propuseram-me que colaborasse com eles, exactamente como os alemães.

3-051

Hellmut Königshaus, *deputado do Parlamento alemão*. – (DE) Última pergunta: alguma vez algum serviço lhe deu explicações concretas sobre a razão por que houve

— para me exprimir com cuidado — tamanhos défices de informação para com a sua família?

3-052

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. — (DE) Perguntei aos alemães, na sua primeira visita, se tinham alguma notícia da minha família. Tenho de referir mais uma vez que em Guantánamo não nos deixavam nunca ler o jornal ou ver noticiários. Também não tínhamos o direito de perguntar por notícias de espécie alguma. Não tínhamos absolutamente nenhuma informação sobre o mundo exterior. Quando lá apareceram os representantes do Governo alemão, perguntei-lhes, naturalmente, se tinham trazido alguma carta da minha mãe ou do meu pai. Disseram-me que não tinham informação nenhuma sobre a minha família e que não era para isso que lá estavam.

3-053

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. — (DE) Para completar: mesmo depois da libertação do Sr. Kurnaz, não houve da parte do Governo qualquer contacto com o Sr. Kurnaz, ou com a sua família, para explicar de alguma maneira aquilo que o senhor deputado descreveu como défices de informação.

3-054

Hellmut Königshaus, *deputado do Parlamento alemão*. — (DE) Se me permite, Senhor Presidente, gostaria de fazer ainda uma pergunta complementar. Ao menos foi concedida a autorização de residência, e é válida para a Alemanha?

3-055

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. — (DE) O que se passou foi que o Senador do Interior de Brema cancelou a autorização de residência permanente do Sr. Kurnaz, com o argumento de que o Sr. Kurnaz se encontrava fora da Alemanha há mais de seis meses, tendo caducado por isso todos os direitos de residência na Alemanha. Contra essa decisão intentámos uma acção judicial no tribunal administrativo de Brema. O tribunal administrativo deu-nos razão, relevando no ponto central da decisão o facto de, evidentemente, a permanência do Sr. Kurnaz em Guantánamo não ter sido voluntária, e de este não ter tido a possibilidade, nas condições de isolamento a que estava sujeito em Guantánamo, de tratar da prorrogação do seu estatuto de residente.

Depois de o tribunal administrativo de Brema ter decidido que os direitos de residência do Sr. Kurnaz se mantêm — e essa decisão transitou em julgado —, o Ministério Federal do Interior revogou uma notificação de proibição de entrada nos Estados do Espaço Schengen que entretanto emitira para todo esse espaço; e assim o Sr. Kurnaz pôde voltar à Alemanha. Como é óbvio, ele tem aqui e agora, para a Alemanha, uma autorização de residência permanente, ou — na nova designação agora adoptada — um a autorização de estabelecimento.

3-056

Sarah Ludford (ALDE). — (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Sr. Kurnaz a disponibilidade

que teve para comparecer aqui e se reunir connosco. Estamos muito gratos por isso.

Senhor Kurnaz, gostaria de esclarecer um ponto. Em resposta ao nosso colega do Parlamento alemão, mencionou que o KSK — que, ao que julgo saber, são as forças especiais antiterrorismo — reconheceu que o viu, embora negue o contacto físico. Aparentemente, o nosso colega do Parlamento alemão não tinha conhecimento disso, o que me surpreende um pouco. Presumo que tenha sido nos meios de comunicação social que surgiu o reconhecimento público de que, efectivamente, o Sr. Kurnaz teve, no Afeganistão, um encontro com soldados alemães do KSK ou de forças especiais. Talvez pudesse esclarecer esse ponto, e talvez nos pudesse fornecer informações sobre esse reconhecimento. Seria muito útil.

Queria também um desenvolvimento desse ponto. Quando teve o encontro com eles, em que, segundo afirmou, foi por eles maltratado, embora não interrogado, disse-lhes que não era culpado de nenhum acto ilícito? Disse-lhes que residia legalmente na Alemanha? Não é cidadão alemão, embora tenha nascido na Alemanha. Tentou obter assistência consular de alguma espécie? Tentou obter pelo menos algum tipo de assistência do país em que era residente? Se o fez, que resposta recebeu?

Desejo realmente perceber um pouco melhor o que se passou entre o Sr. Kurnaz e o KSK, porque me parece uma situação assaz surrealista. Era residente legal na Alemanha e teve um encontro com representantes das autoridades alemãs: nesse contexto, houve alguma tentativa, da parte das autoridades alemãs, de verificar a sua situação jurídica?

3-057

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. — (DE) Como já disse de início, quando vi os membros do KSK, pensei que poderia falar com eles e que provavelmente me poderiam ajudar. Mas quando os olhei frontalmente, disseram-me: “Escolheste o lado errado. Olhar para o chão!” Não tive possibilidade de conversar com eles. Tentei repetidamente telefonar, quer para a Alemanha, quer para a Turquia. Quis telefonar ao Governo alemão, mas nunca tive possibilidade de o fazer. Nunca me deixaram fazer um telefonema. Desde que fui preso, passaram quase cinco anos até voltar a ver um telefone. Esse telefone, pude finalmente usá-lo para falar com o meu advogado da América. Foi esse o único telefonema que fiz durante todo o tempo em que estive preso.

3-058

PRESIDÊNCIA: CEM ÖZDEMİR

3-059

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. — (DE) Gostaria de responder à primeira pergunta. Foi perguntado se e por que fontes tivemos conhecimento de que, entretanto, tinha sido reconhecido, pela parte alemã, que os soldados do KSK tinham estado em Kandahar em princípios de Janeiro de 2002.

A respeito disso, houve no Ministério da Defesa alemão um grupo de inquérito interno, que interrogou vários soldados. O relatório foi encaminhado para a Comissão de Defesa, mas não o tenho na minha posse. Dele conheço apenas alguns destaques, na medida em que apareceram citados na imprensa, e segundo os quais, dentre os soldados interrogados, cerca de 30 declararam que tinham ouvido dizer que no campo de prisioneiros de Kandahar se encontrava um turco alemão, portanto, o próprio Murat Kurnaz. Tanto quanto me posso recordar, cinco deles reconheceram também que tinham visto o Sr. Kurnaz nesse campo de prisioneiros. Também veio a público que o dito comando de forças especiais – o KSK – executou patrulhas e serviços de guarda no campo de prisioneiros dos EUA em Kandahar.

Se precisarem de mais informações a este respeito, terão de se dirigir ao Ministério da Defesa para receber do grupo de inquérito interno o relatório em questão. Eu próprio, no inquérito contra os soldados do KSK, que está a decorrer na Procuradoria, não tive até agora a possibilidade de ver os autos.

3-060

Giulietto Chiesa (PSE). – (IT) Senhor Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Advogado Docke. Não creio que haja grande dificuldade em saber quantos eram os oficiais alemães que se encontravam em Kandahar, sobretudo do *Kommando Spezialkräfte* (KSK). Pergunto-me se não foi feita já uma investigação para os identificar individualmente e deles obter depoimento ajuramentado, inclusive no âmbito do inquérito do Parlamento alemão. Assim, a minha primeira pergunta é esta: foi feita alguma investigação acerca dos oficiais alemães do KSK presentes em Kandahar? Trata-se provavelmente de poucos indivíduos, não de centenas, pelo que não há-de ser difícil descobri-los.

A segunda pergunta é dirigida ao Sr. Kurnaz. Gostaria de saber com que frequência foi interrogado na Baía de Guantánamo: uma vez por dia, uma vez por semana, uma vez por mês? Quantas vezes o interrogaram? Fizeram-no assinar documentos? Escreveu papéis? Deixou declarações escritas?

Enfim, a terceira pergunta: se bem compreendi, propuseram-lhe que se tornasse colaborador dos serviços americanos. Gostaria de saber de que forma lhe foi apresentada tal proposta, e se, no contexto das duas visitas alemãs, lhe foram feitas propostas análogas por parte dos visitantes alemães.

3-061

Bernhard Docke, Advogado do Sr. Murat Kurnaz. – (DE) O senhor deputado fez uma pergunta acerca das investigações criminais contra o KSK e das dificuldades com que deparam. São perguntas que terá de dirigir à Procuradoria competente. Mas não é por haver dificuldade em investigar factos desta natureza que o Sr. Kurnaz há-de renunciar a fazer relato público do que sofreu.

Que resultado terão essas investigações criminais e de que meios de prova disporá a Procuradoria é algo que de momento não posso prognosticar. Não conheço as declarações dos soldados que foram inquiridos. Temos de esperar. As investigações criminais, de qualquer modo, estão ainda muito no princípio, e por isso é difícil fazer um prognóstico. E certamente haverá também o problema de, com toda a probabilidade, os soldados americanos que participaram nos factos não estarem à disposição das autoridades como testemunhas. A experiência com a cooperação jurídica dos EUA nestas matérias é muito pouco encorajadora.

3-062

Murat Kurnaz, vítima de entrega extraordinária. – (DE) Perguntou-me o senhor deputado quantas vezes me interrogaram. Isso variou. Ora várias vezes por dia, ora uma vez em cada dois dias. Mais de dois dias sem interrogatório em Kandahar, não me lembro que tivesse acontecido. Passava, portanto, no máximo dois dias sem ser interrogado. Em Guantánamo, passou-se exactamente o mesmo. Várias vezes por dia. No entanto, também aconteceu estar algumas semanas sem interrogatórios. Mas, repito, podia ser várias vezes por dia ou dias seguidos. Deixam-nos pura e simplesmente a jazer por lá, e aparece gente variada que nos interroga e, quando se cansa, vai embora para dar lugar a outros. Quer dizer que nos mantêm pura e simplesmente na cela de interrogatório. E um interrogatório também pode chegar a durar três dias, também tive essa experiência.

Perguntou-me também se tive de assinar documentos. Eles apareceram constantemente com papéis que eu tinha de assinar. Neles estava, por exemplo, que eu tinha colaborado com os Talibã ou com a Al-Qaida. Nunca os assinei. E de cada vez fui punido por isso.

Quando da minha libertação, também apareceram com uns documentos quaisquer em que estava que eu nunca mais combateria ao lado da Al-Qaida e dos Talibã. Disse-lhes que não os assinaria. Eles disseram-me que se não assinasse nunca sairia de Guantánamo. Mas não assinei. Os americanos fizeram-me também a proposta de colaborar com eles na Alemanha. Caso eu aceitasse, deixar-me-iam voltar para a Alemanha. Eu nunca quis colaborar com eles. Mas disse-lhes que o faria, para poder voltar para casa. Mas é claro que, quando me achasse em casa, não o faria. Os alemães também me fizeram uma proposta para colaborar com eles. Eu disse que sim.

3-063

Alexander Alvaro (ALDE). – (DE) Três perguntas breves. Durante a sua permanência no Afeganistão, em Kandahar, viu por si próprio, ou ouviu dizer, que alemães tenham participado em maus-tratos infligidos a outros prisioneiros?

E em Guantánamo, teve a impressão de que os americanos que o interrogaram durante o tempo em que esteve preso usaram informações ou elementos de informações que só poderiam ter obtido da Alemanha ou com apoio alemão? Em caso afirmativo, de que indícios dispõe para o comprovar? Tem conhecimento de que, já

antes da sua partida para o Paquistão, se encontrava sob vigilância das autoridades alemãs? E de que indícios dispõe para o comprovar?

A concluir, tenho de dizer que não consigo fazer a menor ideia do que esse tempo há-de ter sido para si, mental e fisicamente. Quatro anos de prisão é coisa que o homem comum tem dificuldade em conceber. Como conserva alguém, nessas circunstâncias, a aptidão mental e física? O que é que lhe era permitido? Como eram, do ponto de vista humanitário, as condições em que teve de suportar a sua prisão?

3-064

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Tenho a certeza de que as autoridades alemãs cooperaram com os americanos e lhes passaram informações. Porque os americanos sabiam coisas que não teriam podido saber de outra maneira. Tenho a certeza de que foram passadas informações.

Como se conserva a aptidão física? Não nos deixam fazer desporto. Não nos era permitido praticar qualquer tipo de desporto, tanto de exercício físico como de competição. A verdade é que muitos prisioneiros o fazem, quando os guardas não estão a olhar. Em Guantânamo, há prisões de vários tipos. Numa delas, deixam fazer exercícios de flexão de braços no solo e também deixam correr; em todas as outras, isso não é permitido. Eu, por mim, exercitei-me sempre que tive oportunidade, e quando me apanhavam, era castigado. Era proibido.

Não sei se alemães participaram em quaisquer torturas.

Também não sei se fui vigiado antes da minha partida. No entanto, depois do meu regresso, vi um filme documentário que rodaram sobre mim. Nesse filme, conta-se que houve umas investigações quaisquer a meu respeito. Tenho essa informação, porém, como disse, só de um filme documentário; não tenho a certeza, não sei nada sobre isso.

3-065

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. – (DE) Para completar a resposta à última pergunta: enquanto advogado, a quem é dada vista do processo, não tive conhecimento de que o Sr. Kurnaz tivesse sido vigiado ou observado, fosse de que maneira fosse, pela Polícia de Brema ou pelo *Verfassungsschutz*, antes de 3 de Outubro de 2001, portanto, antes da partida para Carachi/Paquistão. É certo que uma coisa não exclui a outra, mas não tenho qualquer conhecimento disso.

3-066

Alexander Alvaro (ALDE). – (DE) Tenho uma breve pergunta complementar. Respondeu afirmativamente à questão de saber se, durante a sua detenção, os americanos teriam recorrido a informações específicas das autoridades alemãs ou a informações provenientes da Alemanha, que depois aplicaram no seu interrogatório. Disse que houve coisas que eles não poderiam ter sabido por si próprios. Poderia dar um ou dois exemplos concretos?

3-067

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Eles sabiam, por exemplo, do meu telemóvel, que pouco antes da minha viagem revendi a um amigo. Sabiam de uma loja de electrónica e do que lá comprei dias antes da minha viagem. Sabiam disso, e estou certo de que não teriam podido saber se não houvesse alguma cooperação.

3-068

Giusto Catania (GUE/NGL). – (IT) Senhor Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Advogado, a respeito especificamente das datas dos transportes, e isso porque nos importa compreender, inclusive pelas datas dos transportes – e dado que o Sr. Kurnaz declarou que provavelmente o voo fez uma escala –, quando partiu de Kandahar e quando chegou a Guantânamo. De facto, utilizando essas datas, poderemos talvez chegar a individualizar o voo e determinar se fez escala na Europa.

A outra pergunta que queria fazer ao Advogado diz respeito às explicações oficiais que foram fornecidas depois da libertação: quando o Sr. Kurnaz foi libertado de Guantânamo, que disseram os americanos? Foi fornecida uma justificação oficial? Foram-lhe apresentadas desculpas? Ou foi simplesmente libertado sem nenhuma explicação?

Por fim, gostaria de dirigir uma pergunta também ao Sr. Kurnaz. Diz que está convencido de que estiveram em Guantânamo representantes das autoridades belgas e dinamarquesas. Daí podemos deduzir que havia provavelmente, em Guantânamo, prisioneiros de algum modo relacionados com a Bélgica ou a Dinamarca. Pode fornecer-nos – se as tiver – outras informações a esse respeito? Isto é: sabe de casos de cidadãos detidos em Guantânamo que fossem talvez residentes ou nacionais da Bélgica ou da Dinamarca, ou que tivessem algo a ver com esses dois países?

3-069

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Sei de dois indivíduos provenientes da Bélgica e que além disso têm a nacionalidade belga. Prefiro não mencionar os nomes, porque não sei se eles estarão de acordo. Suponho que esses dois belgas sejam conhecidos na Bélgica.

O homem da Dinamarca – e que tem a nacionalidade dinamarquesa – foi, creio, o primeiro que pôde sair de Guantânamo. Isso aconteceu em 2002. Foi ele também quem teve a primeira visita da Europa. A Dinamarca esteve lá muitas vezes, e interrogaram-no muitas vezes, de modo que entre os prisioneiros se gerou a ideia de que era dinamarquês. Foi o primeiro, ou um dos primeiros, a poder deixar Guantânamo. Se não estou em erro, foi em 2002, mas também pode ter sido em 2003. Não tenho bem a certeza de quando ele saiu em liberdade.

3-070

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. – O senhor deputado fez uma pergunta sobre as datas dos voos Kandahar–Guantânamo. Na documentação que

conseguimos arrancar, o meu colega americano e eu, em acção judicial no *Federal District Court* de Washington, portanto, pela vista dos autos, não encontramos informação ou documento algum sobre as datas dos voos. No entanto, no relatório do Governo alemão à comissão de controlo parlamentar, há uma citação de inquéritos americanos. Nesse trecho que é citado de autos americanos, lê-se que o transporte de Kandahar para Guantánamo ocorreu no princípio de Fevereiro de 2002: em 1 ou 2 de Fevereiro. O Sr. Kurnaz perdeu boa parte do sentido do tempo na prisão em Kandahar, de modo que é por mera impressão subjectiva que lhe parece que terá sido mais tarde, e não logo no princípio de Fevereiro. Não podemos, contudo, responder com precisão a essa pergunta.

A pergunta seguinte: os americanos deram razões para a libertação? Nunca houve quaisquer razões compreensíveis para a prisão, e quando da libertação também não houve qualquer fundamentação ou explicação escrita para a entrega do Sr. Kurnaz aos alemães. Houve as negociações germano-americanas a partir de Janeiro de 2006. Tanto quanto é do meu conhecimento, tem lugar anualmente em Guantánamo, para cada prisioneiro, uma reunião de análise perante o *Administrative Review Board*. Nessa reunião, uma vez por ano, examina-se se um prisioneiro que foi declarado *enemy combatant* continua a ser perigoso, ou se pode ser entregue ao país de origem. No caso do Sr. Kurnaz, o ponto decisivo foi certamente – com boa ajuda da conclusão a que se chegou nas negociações germano-americanas, de que queriam entregar o Sr. Kurnaz à Alemanha –, o facto de essa comissão ter declarado que ele realmente tinha sido, em tempos, muito perigoso, mas que agora já não era tão perigoso que não pudesse ser entregue à parte alemã. Fundamentação formal escrita, não a temos. Como tudo o mais em Guantánamo, também isto se processa de modo absolutamente arbitrário. Se não tivesse havido a iniciativa alemã, disso estou certo, ainda hoje o Sr. Kurnaz jazeria em Guantánamo. Por esforço próprio dos americanos, não teria saído da prisão; sem dúvida que foi preciso esse *input* diplomático vindo de fora. As acções judiciais em que nos empenhámos para libertar o Sr. Kurnaz continuam infelizmente bloqueadas, apesar de duas decisões do *Supreme Court* que nos deram razão. E recentemente, pouco antes das eleições, o Congresso americano votou uma nova lei, a chamada *Military Commission Act*, nos termos da qual os direitos de acção a custo arrancados perante o *Supreme Court* serão retroactivamente cassados aos presos para os processos já pendentes. Por isso, até agora, ainda nenhum preso foi libertado de Guantánamo por efeito de alguma decisão judicial com força executória. Houve apenas libertações negociadas em contactos diplomáticos entre os EUA e os países de origem.

3-071

Hellmut Königshaus, deputado no Parlamento alemão. – (DE) Senhor Presidente, apercebi-me de que indiquei há pouco uma data errada. Para o caso de querer tomar nota, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Steinmeier

será ouvido na comissão, não no dia 13, mas no dia 14.12 – é outra vez uma quinta-feira.

E sobre a surpresa da colega com o que sabemos ou não sabemos, direi o seguinte: nós conduzimos a nossa investigação nos termos da lei das comissões de inquérito, que nas suas regras e procedimentos seguem muito de perto o Código de Processo Penal. Isso significa que só pode ser exarado no relatório aquilo que tenha sido averiguado com certeza, e só disso podem ser extraídas as ilações políticas correspondentes. Daí que tenhamos de perguntar por coisas que naturalmente já são conhecidas, e que até constam de jornais.

Sabemos – e não é nenhum segredo, de resto isso também está no relatório que o Advogado Docke mencionou anteriormente, mas que não pode ser dado a público, porque foi classificado como confidencial –, que houve soldados do KSK que admitiram ter estabelecido contactos com o Sr. Kurnaz, em forma atenuada. Uns dizem que estão relativamente seguros de que era ele; outros, e são a maioria, dizem que “com um alemão”. A pergunta sobre o uniforme tem importância igualmente na perspectiva de parecermos de certezas, porque temos de distinguir e averiguar – e penso que isso também é importante para esta comissão –, se, por um lado, esses soldados, que admitem ter visto o Sr. Kurnaz, ou pelo menos terem visto um alemão, são os mesmos que foram por ele reconhecidos como alemães, e por outro lado, se são aqueles que efectivamente cometeram maus-tratos ou, pelo menos, desmandos. Os factos remontam já a alguns anos. Por isso se coloca a questão de saber se houve confusão ente a visão do uniforme, por um lado, e a visão de um soldado com bandeira alemã, por outro. Não pretendo de modo algum sugerir que houve, quero apenas esclarecer isso, para termos a certeza. É por isso que pergunto se poderia ter ocorrido alguma confusão. E esta pergunta conserva toda a sua importância, independentemente da confissão, que os intervenientes fizeram nesse relatório, de que tiveram, no mínimo, um contacto.

O mesmo vale, de resto, para a pergunta que o colega Alvaro formulou: se se pode afirmar como uma certeza que saíram informações de serviços alemães para serviços dos EUA, possivelmente até de modo ilegal. Também nessa matéria – e não é que eu tenha menos confiança nas suas impressões pessoais – devemos ter em atenção que os agentes e serviços dos EUA também realizaram investigações por conta própria nos nossos países, e possivelmente na Alemanha também. Existem lá agentes que o fazem. Sabemos isso. Não podemos excluir que assim fosse no caso presente, apesar de efectivamente se ter de considerar a possibilidade de terem sido transmitidas informações alemãs.

No entanto, Senhor Presidente, gostaria de fazer mais uma pergunta, que está na sequência da pergunta feita pelo colega Alvaro. Com base em audições que sobre outras matérias fizemos na nossa comissão de inquérito, queria perguntar ao Sr. Kurnaz se na prisão de Kandahar foi especificamente sujeito ao tratamento especial que consiste em ser privado da luz do dia, e se portanto não

pôde, durante muito tempo, distinguir o dia da noite, e se reinava absoluto silêncio. A questão coloca-se, porque o Sr. Advogado Docke referiu há pouco que o Sr. Kurnaz perdeu o sentido do tempo. Por isso, queria perguntar se isso se verificou também com ele.

3-072

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Em Kandahar, foi sempre possível dar pela luz do dia. Estive alguns dias suspenso de correntes. Fazia bastante escuro, mas mesmo então era possível perceber quando era dia e quando era noite.

3-073

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. – (DE) Ainda sobre o sentido do tempo e quanto a poder distinguir entre o dia e a noite. Não descrevemos aqui os métodos especiais de tortura, nem o pavor mortal de que os prisioneiros padeceram em Kandahar. A verdade é que, quando um ser humano está a lutar pura e simplesmente pela sua sobrevivência, há certas outras coisas, como saber os dias do calendário, que forçosamente desaparecem da primeira linha das preocupações. Perde-se grande parte do sentido do tempo.

Um aditamento ainda ao que o Sr. Königshaus acabou de dizer sobre a questão de saber se poderão ter sido dadas informações alemãs aos americanos ou se estes terão realizado investigações na Alemanha e terão obtido assim informações próprias. Obviamente, na prática, também se verifica esta última hipótese, de serviços americanos obterem informações próprias na Alemanha e em outros países. No entanto, depreende-se do relatório do Governo alemão à comissão de controlo parlamentar que houve igualmente, e parece que várias vezes, uma transferência de informações da parte alemã para a americana, manifestamente no plano policial, em todo o caso, não ao nível da Procuradoria. Um requerimento que foi dirigido à Procuradoria, para que facultasse os autos aos americanos, foi rejeitado pela Procuradoria com o fundamento correcto de que não estava garantido um processo justo. Porém, ao nível policial, esse controlo segundo os princípios do Estado de Direito foi manifestamente iludido no caso Kurnaz.

3-074

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Gostaria de dizer mais alguma coisa sobre o sentido do tempo. Ouvi dois soldados a trocar votos de Natal. Disseram “Happy Christmas”, mas eu não sei se foi no primeiro dia das festas de Natal ou alguns dias depois. Pode ser que eles fizessem os votos de Natal mais tarde, uns dias depois. Mas ouvi isso.

3-075

Giovanni Claudio Fava (PSE), *relator*. – (IT) Senhor Presidente, gostaria de fazer uma última pergunta ao Advogado Docke e duas perguntas ao Sr. Kurnaz.

Senhor Advogado, dispõe de elementos certos para nos dizer com segurança a que instituição alemã pertenciam as três pessoas que visitaram o Sr. Kurnaz em Guantânamo? Eram representantes do Governo alemão, dos serviços de *intelligence*, ou da polícia?

Ao Sr. Kurnaz queria pedir um esforço de memória acerca da sua transferência de Kandahar para Guantânamo: consegue lembrar-se se a escala intermédia foi feita na primeira parte da viagem, a meio da viagem, ou na segunda parte da viagem? Para nós, esses elementos têm grande valor.

Finalmente, duas perguntas sobre os seus interrogatórios por parte de funcionários alemães em Guantânamo: pode dizer-nos se a esses interrogatórios assistiam também militares americanos? No decurso desses interrogatórios, estava solto ou continuava algemado?

3-076

Murat Kurnaz, *vítima de entrega extraordinária*. – (DE) Eu não soube quem eram esses três que vieram da Alemanha. Como não se identificaram, não podia saber. Não se identificaram.

Não percebi a sua pergunta. Que queria dizer com a primeira parte e a segunda parte da viagem?

Não sou capaz de dizer quando foi essa aterragem de escala. Mas, pela impressão que tive, foi algumas horas depois. Porém, não lhe posso dizer quantas horas foram.

Nos meus interrogatórios com os alemães, esteve presente, no princípio da segunda visita, um americano. Mas não ficou a ouvir. Esteve presente no princípio e depois deixou-nos sozinhos. Nos meus interrogatórios com os alemães, os meus pés estavam acorrentados ao chão, mas libertavam-me as mãos.

3-077

Bernhard Docke, *Advogado do Sr. Murat Kurnaz*. – (DE) O senhor deputado fez uma pergunta sobre os serviços alemães a que pertenciam os inquiridores alemães em Guantânamo. Segundo a declaração do Governo alemão sobre o assunto, foram dois funcionários do *Bundesnachrichtendienst* e um funcionário do *Bundesamt für Verfassungsschutz*.

3-078

Presidente. – Permita, caro Sr. Kurnaz, que lhe agradeça sinceramente, e também a si, Sr. Advogado Docke, o terem vindo até nós, nesta comissão.

Quero aproveitar o ensejo para, mais uma vez, sublinhar que o trabalho desta comissão também tem especial utilidade para que se faça uma reflexão pública sobre o facto de pessoas terem sido vítimas de um tratamento que não merecem e que contradiz os valores europeus, tirando ilações para o futuro, a fim de que nada de semelhante se repita. Foi para isso que contribuiu a vossa presença hoje aqui. E também por isso reiteramos os nossos sinceros agradecimentos. Agradeço igualmente ao colega Königshaus, do Parlamento alemão, o ter estado hoje connosco.

Caros colegas, a pedido do nosso Presidente, aqui fica o seguinte aviso: durante a nossa reunião marcada para terça-feira, 28 de Novembro, haverá também uma nova reunião do *Steering Committee*. É um aviso para todos

os interessados, a fim de ajustarem as suas agendas em conformidade.

A próxima reunião terá lugar na quinta-feira, 23 de Novembro, das 15H00 às 18H30.

(A reunião é encerrada às 11H15)